

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo



Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário

022ª COSMAM 09JUL2024

Pauta: Proteção de Porto Alegre diante da emergência climática e da última enchente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h06min.) Damos início a mais uma reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, por videoconferência. A nossa reunião tem na pauta de hoje a proteção de Porto Alegre diante da emergência climática e da última enchente. Esse tema foi debatido no ano passado quando também vieram os cientistas, ambientalistas, geólogos. Foi uma reunião muito importante para nos informar, aprendermos mais com toda essas pessoas que se dedicam a essa importante pauta de que já vinham sendo acentuadas as crises climáticas no mundo. Nós, em seguida, tivemos as tempestades em Porto Alegre, em que ficamos muitos dias sem energia e aconteceu o que aconteceu, a tragédia recentemente. Ainda não conseguimos nos reconstruir porque foi dramática, atingindo quase todo o Estado do Rio Grande do Sul e, em paralelo, também se observava o que se achava que só aconteceria no mundo este tipo de evento dramático que tem que se firmar. Porque ainda não passou, ainda temos mais de mil pessoas albergadas em abrigos municipais do Município, fora os outros municípios em que pessoas ainda estão em beira de estradas, em locais improvisados. Porque realmente devastou bairros, devastou cidades menores, algo que, às vezes, se

lê que não tem mais solução para a nossa terra. Mas os especialistas estão aí, a pauta tem que ser intensamente debatida, precisa-se procurar especialista, precisa-se de muitos recursos para se reconstruir não só Porto Alegre ... Isso é uma questão também outros municípios, de outros países, e a gente também tem que se espelhar porque isso vai se agravar cada vez mais. Países desenvolvidos estão passando por isto, e a gente vai ouvir, sim, esses especialistas. A palavra é de esperança, vamos ver o que pode ser feito. Para iniciar, nós, como é habitual, convidamos o gabinete do prefeito, secretarias e ainda os convidados especiais. O Ver. Aldacir Oliboni foi o proponente desta pauta, os convidados são: Felisberto Seabra Luisi; Guilherme Barbosa; Vicente Rauber; professor Paulo Brack, que já veio várias vezes em nossas audiências; Defensoria Pública. Também convidamos Ministério Público, o Ministério Público do Meio Ambiente não vem às nossas reuniões, a gente convida, até já estive aqui o CAOMA, mas a Promotoria do Meio Ambiente não participa infelizmente. Então esses convidados estão presentes.

Eu vou ver agora os que vão iniciar a fala: primeiro para o proponente; em seguida, para os vereadores presentes, que são a Ver.^a Tanise, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver.^a. Mônica Leal Mônica. Então pode ser essa ordem dos interessados, iniciando pelo Ver. Aldacir Oliboni, proponente da pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então agradeço possibilidade de nós voltarmos a debater o tema. Saudando a nossa Presidente da Comissão, Ver.^a Lourdes; demais colegas vereadores; nossos convidados que farão a sua produção inicial depois – Vicente Rauber, Guilherme Barbosa, Paulo Brack. Também temos a presença de vários convidados, Ministério Público, governo, vereadores e também a sociedade civil. Nós passamos por um momento muito difícil, ninguém imaginava que nós estaríamos aqui para vivenciarmos tamanha catástrofe que aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul, e não foi diferente em Porto Alegre. Portanto, é de extrema importância que, na vida parlamentar – seja do Legislativo, do Executivo –, se abra ao debate para ouvir a sociedade, tanto pelas suas queixas de indignação, como também pode até ter elogios.

Nesse sentido estamos percebendo que é fundamental a gente abrir o diálogo, como legislativo, para ouvir autoridades que têm conhecimento de causa.

Portanto, abro aqui uma pequena exposição dizendo o seguinte: existem vários fatores nesse aspecto. O primeiro fator são as mudanças climáticas ocasionadas pela ação humana no mundo. No mundo todo, e em vários momentos, em várias décadas, é a natureza dando respostas pela falta de cuidado ambiental. Em praticamente todas as regiões do mundo, são cada vez mais comuns eventos extremos, e não foi diferente o que passamos aqui no Rio Grande do Sul e na nossa querida Porto Alegre. O segundo, é a devastação ambiental que ocorre também nas cidades, nos nossos microuniversos, locais que antes serviam como esponja para escoar águas, como é o caso, por exemplo, aqui em Porto Alegre do Parque Harmonia. Ele foi privatizado, sendo modificado, ganhando construções, deixando de exercer o seu papel protetor da cidade ou, precisamente, da nossa querida Porto Alegre. Aqui em Porto Alegre também há uma terceira causa muito importante que é a falta de manutenção do sistema contra cheias que, através dos seus diques, comportas e muros... O muro da Mauá, muito conhecido, e que muitos queriam derrubá-lo. Aliás, muito importante lembrar que autoridades importantes como governador, prefeitos e outros, já falavam que era fundamental excluir ou derrubar o muro. Pois bem, os caranguejos demonstraram – os que queriam a manutenção do muro eram chamados de caranguejos – que estavam certos em manter o muro. Se a enchente já foi grande, imaginem vocês se não houvesse o muro da Mauá como proteção? É justamente sobre esses temas que gostaríamos, nesta reunião da COSMAM ouvir representantes na nossa reunião dizerem as causas que podem ter contribuído para a enchente, sugestões para proteção ambiental contra as cheias da nossa cidade. Por isso que nós convidamos pessoas com expertise no assunto como o Vicente Rauber, ex-diretor do DEP, e tem uma ampla trajetória na pesquisa sobre o tema; o ex-diretor do DMAE, Guilherme Barbosa, que também foi nosso colega vereador; e também o biólogo, professor da UFRGS, Paulo Brack e tantos outros que estou percebendo que estão conosco. Então, é nesse sentido que nós queremos que tanto o Executivo, como nossos

convidados nos digam, afinal de contas, há necessidade da recuperação das bombas de transbordo da água? Há necessidade de manutenção e porque não foram feitas? Por que estamos vivendo, num pós-enchente, com essa enorme preocupação de que, a cada chuva que dá, a cidade alaga, e não só as comportas não funcionam, como também o transbordamento não funciona, as bombas... As ditas bombas estão funcionando? Qual é a previsibilidade de funcionamento? E o que o Executivo está fazendo para tranquilizar a população? Afinal de contas, ontem mesmo vimos que o Guarujá estava com uma rua alagada, por que será? Não a existem bombas de transbordo da água? O que fazer para amenizar o sofrimento da população e voltar, a curto prazo, à normalidade da cidade? Por isso, nobre e querida, Ver.^a Lourdes, sugiro que aqui possa haver, na ordem, o Vicente Rauber, depois o Paulo Brack e o Guilherme Barbosa para poderem expor para nós inicialmente uma certa provocação para o debate. Afinal de contas, nós precisamos saber por que tudo isso aconteceu e se isso poderia ter sido evitado. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, presidente; bom dia, vereadores, colegas, proponente desta pauta importante, que, na minha opinião, sobrepõe siglas partidárias e ideologias políticas. Eu conheço todos os convidados e gostaria de escutá-los para depois me posicionar sobre como eu vejo a situação. No entanto, quero aqui registrar que o Executivo enviou um projeto para o Legislativo, criando um escritório para tratar das questões de reconstrução de Porto Alegre e também dos efeitos climáticos, da prevenção. Depois, gostaria de discorrer sobre esse assunto, penso que juntos podemos atender às necessidades de Porto Alegre. Obrigada.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ver.^a Lourdes, não sei se chegaram a me ouvir quando eu falei?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Não ouvi, Ver.^a Cláudia.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Achei que o meu microfone estava aberto. Só para dizer que a gente falou na semana passada sobre esse assunto, ele é importante e precisamos continuar debatendo. Parabenizo o Ver. Oliboni pela pauta; acho que nós temos que trabalhar essas questões e achar soluções juntos. Eu vou ouvir atentamente a todos para depois poder me manifestar também.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Então, passamos, Ver. Oliboni, para o seu primeiro convidado fazer a exposição com duração de sete a dez minutos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ok. Vicente Rauber, pode ser?

SR. VICENTE RAUBER: Estou a postos. Obrigado. Bom dia, caríssima vereadora-presidente da comissão; bom dia, Ver.^a Mônica; bom dia, Ver. Ramiro Rosário, que estava vendo por aqui. Peço desculpas se eu não estou vendo alguém. Bom dia aos demais colegas participantes desta reunião. Eu creio que precisamos analisar, tentar entender dois planos da catástrofe que estamos vivendo em Porto Alegre e no Rio Grande. Primeiro, um plano estrutural, e aí eu quero usar uma expressão dizendo o seguinte: nós temos que negar os negacionistas. De quem eu falo? Daqueles supostos cientistas que dizem que o aquecimento do planeta Terra ocorre de períodos em períodos, alguma coisa de 50 a 100 anos e que isso é normal. Não é possível aceitar como normal o evento de 2024, que é diferente do evento de 1941. O de 2024 foi muito mais amplo e ele ocorre... Na verdade, não foi apenas o evento de 2024; nós tivemos aqui, em oito meses, três eventos seguidos. Enquanto aconteciam em outras regiões do planeta queimadas, secas horríveis. Lembro, por exemplo, da terrível seca na maior reserva de água doce do mundo, que é a Amazônia, no ano passado. Os

rios literalmente secando, os pescadores que vivem dentro dos rios, com suas casas penduradas nos barrancos, nunca imaginei podermos ver algo assim. Então, aqueles que negam que o aquecimento global que hoje ocorre seja normal, não é normal. Temos que negar isso, assim como temos que negar aqueles governantes, aqueles legisladores, enfim, aqueles estudiosos, todos aqueles que negam o que a ciência está nos dizendo. E, de fato, temos um aquecimento global exagerado em função da emissão dos gases de efeito estufa, gases que, no caso de Porto Alegre, 67%, Ver. Oliboni, são gerados a partir da queima de combustíveis no nosso transporte. Portanto, eu faço sempre uma grande defesa do incentivo, da colocação de veículos elétricos, tanto de ônibus, caminhonetes e carros em nossa cidade. Temos que buscar isso. Dois terços das emissões dos gases de efeito estufa são produzidos pelo transporte em Porto Alegre; outros 10% são produzidos pelo tratamento inadequado e insuficiente dos nossos resíduos, dos nossos lixos. Então, nós temos esse plano geral.

O segundo plano, que é mais um plano local, mas que também é geral, de certa forma, em nosso país, é que nós simplesmente tratamos a questão do saneamento como um patinho feio. Por que um patinho feio das políticas públicas? Porque não tem a importância que tem que ter. Veja, através do saneamento, nós reduzimos enormemente, nós auxiliamos enormemente o meio ambiente. É necessário melhorar o meio ambiente justamente para gerar menos gases de efeito estufa e para captar inclusive gases de efeito estufa. Nós ajudamos a saúde. Em cada real aplicado em saneamento, você poupa R\$ 3,00 em saúde. Portanto, nós temos que melhorar muito, inclusive Porto Alegre, que durante muito tempo foi referência nacional e internacional no saneamento. Nós temos que retomar isso, nós temos que buscar isso novamente. Os atuais investimentos... o DMLU está completamente sucateado; é impensável ver somente 3% do lixo sendo reciclado. Isso é muito ruim. Nós já tivemos 25% do lixo reciclado em Porto Alegre. O DMAE não consegue sequer fornecer água suficiente para as pessoas aqui de Porto Alegre. Seus investimentos estão atrasados, muito insuficientes, e, no seu quadro de pessoal, sobram 1.047

peças extremamente dedicadas, a quem nós devemos homenagear, e o DEP não deveria ter sido extinto. Em 1970, veja bem, em 1970 havia um problema no DMAE; quem é que cuida dessa coisa dos alagamentos que nos incomoda, e aí o pessoal dizia “não, isso é coisa lá para a SMOV”. A SMOV retrucava dizendo: “Não, não, não, isso é lá com o DMAE”. O prefeito Telmo Thompson Flores, na época, disse: “Olha aqui, vocês dois parem de brigar.” Ele criou uma comissão chamada Comissão das Águas Pluviais que, em 1973, concluiu seus trabalhos e sugeriu a criação de um departamento de primeiro escalão, que passou a ser chamado DEP, e, a partir daí, começou a cuidar da manutenção das redes pluviais. Na época, também estava em plena construção o sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre, cujo projeto havia sido indicado por engenheiros alemães a serviço do DNOS. O DNOS implantou todo o nosso sistema de proteção contra cheias, que usa diques, a *freeway*, a Av. Castelo Branco; na continuidade, o muro da Mauá; na continuidade, a Av. Beira Rio e a Av. Diário de Notícias; ele vai até o morro da Assunção. Ao sul do morro da Assunção, não existe sistema de proteção. No caso do Guarujá, ontem, depende diretamente só da drenagem, Oliboni, ali naquela região não tem casa de bombas. Para fazer o meio de campo entre o sistema de proteção, que evita as entradas do Gravataí e do Guaíba sobre Porto Alegre e faz a retirada das águas e esgotos de dentro de Porto Alegre para o Guaíba e o Gravataí, são necessárias as casas de bombas. Isso tudo foi implantado, 20 casas de bombas foram implantadas pelo DNOS. O DNOS também fez as principais redes de drenagem de Porto Alegre. Tudo isso vinha sendo muito bem conservado, até 1990, pelo DEP. A partir de 1990, eu lembro bem, estava no DEP quando o DNOS foi extinto, e o Orçamento Participativo nos disse, por 60% dos votos, que nós deveríamos aplicar dinheiro em saneamento. Só no DEP, na minha primeira gestão, de 1990 a 1993, nós “enterramos” 14 ginásios Tesourinha em redes, em galerias e tudo mais – o equivalente a 14 ginásios Tesourinha –, e o sistema de proteção contra cheias era feito sistematicamente. Lamentavelmente, o DEP, em 2017, foi extinto equivocadamente. Em vez de ser um avanço, nós retrocedemos à época de 1970, e juntamente com 48 outras pessoas conhecedoras do tema, nós

elaboramos um manifesto para ajudar a resolver a catástrofe que estava acontecendo em Porto Alegre e que, em grande parte, poderia ter sido evitada. Levamos, entre outras autoridades, esse manifesto ao prefeito, que olhou o manifesto. Uma das sugestões que estão lá é a recriação do DEP. Ele nos perguntou: “Mas vocês querem recriar o DEP?” Eu disse: Prefeito, não pergunte a nós, olhe o que está acontecendo na cidade. Em grande parte, isso poderia ter sido evitado se o DEP estivesse funcionando, se fossem feitas as manutenções e a operação adequada do sistema. A operação das casas de bombas precisa ser 24 horas por dia, qualquer defeito tem que ser apontado e reparado imediatamente. Se as comportas, como é usual, fossem fechadas uma vez por ano e verificada a condição das suas borrachas, a condição de ferrugem e outros problemas mais, que são usuais desse tipo de estrutura... Os condutos forçados, um deles, o mais importante, o Álvaro Chaves, teve a sua tampa explodida; desde o ano passado, sequer foi repostada essa tampa, o que aumentou a inundação na região Norte, na região do Navegantes. Portanto, isso poderia ter sido evitado. Eu diria o seguinte, Oliboni: Volta DEP, volta, precisamos. A saúde e a segurança da cidade precisam desse departamento fundamental para a nossa proteção como cidadãos, e que se faça a manutenção necessária nesse sistema. Nós somos a única capital brasileira que tem um sistema de proteção como esse, ele é eficiente, ele funciona. Não há erro de projeto nele, seja por parte dos engenheiros alemães, seja por parte do DNOS, que o construiu. O que precisa é ser cuidado adequadamente. As casas de bombas precisam, sim, ter sua potência ampliada e ser modernizadas; além de contar, de preferência, com geradores de energia próprios, se não for possível em todas as casas, pelo menos naquelas mais necessárias: a do Centro da cidade, a da região do Farrapos e do Humaitá. Essas regiões estão, em tempo seco, praticamente no mesmo nível, na mesma altitude das águas do Guaíba, portanto elas precisam do bombeamento e de todas as bombas das casas de bombas funcionando. Ainda em 2014, quando existia o DEP, os engenheiros do DEP fizeram um plano para ampliação e modernização das casas de bombas, que foi parar na mesa da então Presidente Dilma, que despachou R\$ 124 milhões para Porto Alegre, para

as casas de bombas, e também incluía obras no arroio Moinho, lá no Partenon. Isso foi para o Presidente Temer, que igualmente deu continuidade, foi parar na mesa do Presidente Bolsonaro, que igualmente deu oportunidade. Após cinco anos do despacho da Presidente Dilma, foi-se incapaz de apresentar os projetos executivos, era dinheiro a fundo perdido. Foi-se incapaz de apresentar os projetos executivos para que a Caixa desse o dinheiro, liberasse o dinheiro para que as obras fossem feitas. Não foi feito. Mesmo assim, poderia ter sido feito, afinal de contas o DMAE, hoje, tem R\$ 430 milhões em caixa e poderia ter usado parte desse dinheiro para ampliar e modernizar quase todos os motores. Finalizando, é isso e obrigado. Estou à disposição para o que mais for necessário.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Vamos agora, Lourdes, ouvir o Guilherme Barbosa, ou o Paulo?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Sr. Guilherme Barbosa está com a palavra.

SR. GUILHERME BARBOSA: Bom dia a todo mundo... (Problemas na conexão.) Então, eu vou sair e entrar novamente. Eu acho que deu algum problema no meu sistema. Pode ser? Quem sabe o Paulo fala primeiro?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pode ser, Paulo?

SR. PAULO BRACK: Bom dia Ver.^a Lourdes, Ver. Aldacir Oliboni, demais vereadores, Vicente Rauber, e outros tantos que fizeram parte da Prefeitura, demais assistentes e presentes. Eu vou falar um pouco no que se refere, no meu entendimento do ponto de vista ecológico, e, ao mesmo tempo, no que se refere à minha posição também como conselheiro do meio ambiente. Eu faço parte do Conselho do Meio Ambiente. Inicialmente, como o próprio Ver. Oliboni falou e também com relação ao Vicente Rauber, a questão das mudanças climáticas

agora é uma situação que nós temos que nos preparar. Primeiro, a nossa economia precisa ser revista no sentido de emitir menos quantidade de gás de efeito estufa. Eu diria que não é só trocarmos veículos, é muito mais, nós temos que diminuir a pegada. Eu até vou fazer o seguinte, vou apagar a luz aqui para dar um exemplo, eu estou numa sala de aula e esqueci de apagar a luz. Então, a gente começa em casa a diminuir o consumo de energia, é muito importante. Infelizmente a nossa sociedade está baseada num consumo cada vez maior, inclusive, agora, no setor elétrico, que foi privatizado, como outras privatizações que são perversas, e nós precisamos retomar o papel do Estado, como o Vicente falou, o DEP é muito importante de ser retomado, o DMAE tem que ser mantido como um órgão público, porque a privatização significa o seguinte: as empresas legalmente, elas querem ganhar lucro, elas não estão preocupadas com a questão da sociedade. Então é importante que a gente tenha políticas públicas e órgãos públicos, para que as políticas estejam voltadas para o interesse público da sociedade. Nesse sentido, a privatização do setor elétrico significa não existência de nenhum plano de diminuição de consumo de energia. Isso é muito ruim. A nossa Eletrobrás e outras empresas nacionais têm que ser retomadas. A Petrobrás também tem um papel importante na busca de energias alternativas, energia eólica, solar, e tal, de forma descentralizada.

Nós sabemos também que a bacia do Guaíba foi muito impactada pelas atividades de uma agricultura que está lá nas cabeceiras do rio Taquari-Antas, no rio Jacuí, então nós precisamos que as atividades, principalmente nas cabeceiras, elas sejam menos intensas para manter a caixa d'água do Rio Grande do Sul, que é o principal... (Ininteligível.) ...campos de cima da serra – soja

que abastecem talvez 30%, 40% da nossa população estão na bacia do rio Guaíba. Então é muito importante que a gente mantenha também a menor intensidade de atividades agrícolas. A soja, por exemplo, está destruindo com os Campos de Cima da Serra, que são justamente no Rio Taquari-Antas ali, aquele solo está sendo erodido, existe muita impermeabilização no solo, o escoamento superficial das chuvas, então a atividade agrícola tem que ser menos intensa, e

nós voltarmos à pecuária já que estamos hoje com a pecuária avançando lá para a Amazônia, é importante que o Rio Grande do Sul retome uma pecuária sustentável, com seus produtos, tanto o leite, o queijo, queijo serrano, outros produtos lácteos, a carne também. Então é muito importante que a pecuária seja incentivada, porque os campos nativos estão sendo destruídos, e nós temos também a questão do Bioma Pampa, mais aqui ao sul, que tem a ver com a nossa bacia do Rio Jacuí, e estão sendo erodidos pelo avanço extraordinário da soja. Nós temos que pensar nessa questão do uso do solo.

Ao mesmo tempo, as bacias também, aqui no Guaíba, que, segundo o IBGE, é rio, continua sendo rio. E aí nós temos que ter uma área de preservação de 500 metros de APP, os 500 metros nas áreas que não são ainda urbanas. Lá no Arado, por exemplo, deveria ser considerado 500 metros. Estamos com ação na justiça para que isso seja reconhecido. E não é uma questão meramente de ambientalistas que querem proteger tudo, não, nós verificamos que a subida do Guaíba se deu justamente nas áreas de preservação permanente, e são áreas de amortecimento a subida do rio. Lá no Lami, por exemplo, as matas ciliares têm que ser mantidas, outras tantas, porque as ondas também – e aí entramos na questão da orla. A orla do Guaíba – e eu acho que a Câmara de Vereadores, o próprio Ver. Oliboni levantou essa questão do Parque Harmonia, do chamado Trecho 1, nós temos que rever todos esses projetos de ocupação da orla e implantar. Tende a subir, inclusive, com as mudanças climáticas, se prevê a subida do mar, e aí a subida do Guaíba pelo menos de 50 centímetros até metade do século ou até antes disso, tenhamos até um metro acima do nível atual. Muito provavelmente, essas margens do Guaíba, aí entra uma questão financeira também, recursos que o Município de Porto Alegre despendeu no sentido de trazer equipamentos que são importantes para a orla, mas, por outro lado, nós temos que considerar esse novo cenário.

Então, nós, eu também lá no Conselho Municipal Meio Ambiente, que, infelizmente, está quase que abandonado, quase que fechado, tivemos só duas reuniões esse ano, e ao mesmo tempo também o Fundo Municipal do Meio Ambiente, que é muito importante para a gente tratar da conservação, ele foi

retirado. Nós queremos saber para onde que foram esses recursos, R\$ 7 ou 8 milhões que poderiam ser utilizados para recompor a mata ciliar. Como outros fundos, ele foi retirado. A Prefeitura de Porto Alegre tem que definir para onde que foram esses recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Nós queremos a retomada dessa mata ciliar, queremos que a expansão da cidade não se dê lá para a Zona Sul, porque o que acontece? Vamos ter gás de efeito estufa. O deslocamento do Centro, das áreas mais centrais, de onde a maioria das pessoas trabalham, para quem mora na Zona Sul, e aí olha o Arado, por exemplo, 2 mil residências, as pessoas se deslocarem por 40 minutos para virem até o Centro, depois mais 40 minutos, olha os gases de efeito estufa e olha a infraestrutura que vai ter que se gastar, inclusive com aterros de mais de um metro – de onde vem esse material? Olha a energia que vem; então, temos que repensar a cidade no sentido de diminuirmos a nossa pegada ecológica, que tenhamos que avançar o mínimo possível nas áreas naturais, que vão ser áreas de amortecimento, principalmente na orla do Guaíba, e fortalecer aqui uma zona de proteção com os diques, como o Vicente falou, os diques vão ter que ser revistos, a questão da manutenção do muro, do muro da Mauá, bem como as bombas – o próprio prefeito atual reconheceu, na sua campanha eleitoral, que aquelas bombas precisariam ter atualização, manutenção e tal, e não foi feito nada disso. Então, a cidade de Porto Alegre não pode ficar vulnerável; ao mesmo tempo, como o próprio Ver. Oliboni também falou, nós temos que repensar a questão do efeito esponja da vegetação na margem do Guaíba, incidirmos menos com o concreto e a impermeabilização do solo, até porque o concreto e a impermeabilização do solo vão trazer as ilhas térmicas que hoje estão trazendo lá na Europa, por exemplo – aqui no Rio Grande do Sul e no Brasil já estão ocorrendo essas ondas de calor que estão matando milhares de pessoas, ocorreu até na Índia recentemente e na Europa, dezenas de milhares de pessoas estão morrendo por essas ondas de calor. E as cidades com muito concreto vão ter que ser revistas. O Plano Diretor de Porto Alegre vai ter que rever essa questão e manter a vegetação, menos arboricídio na cidade, termos um controle maior das podas, das supressões; nós queremos é que Porto Alegre tenha um

plano para que, se for obrigatório fazer a supressão ou alguma poda, a população seja comunicada previamente para, a partir daí, poder fazer uma contestação, informando que aquela árvore lá tem uma importância muito grande para comunidade. Não tem como mantê-la, então a gente está solicitando ao Conselho Municipal do Meio Ambiente a revisão dessa questão da arborização que está sendo retirada, nunca se viu tanto corte, o chamado arboricídio, como agora, infelizmente, e, ao mesmo tempo, também as podas deformam as árvores. Há alguns locais em que a gente fica com uma tristeza de ver aquelas árvores retorcidas, só com os tronquinhos; então, Porto Alegre já foi a cidade mais arborizada. Essa arborização diminui também o aquecimento dentro da cidade, menos energia de ar-condicionado, maior condição térmica, maior conforto térmico para a população – é muito importante a arborização. Hoje a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade está sendo sucateada, infelizmente; foi dividido o serviço entre a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que faz uma coisa totalmente contrária àquilo que se tinha previsto no Plano Diretor de arborização urbana, que foi muito importante, é um dos primeiros planos do Brasil. Tivemos a primeira Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tivemos a primeira reserva biológica, a do Lami – eu trabalhei na Reserva Biológica do Lami, na época de 90, no governo Olívio, tivemos uma série de coisas que hoje estão se perdendo. É necessário se retomar o serviço público; ao mesmo tempo essas concessões nos parques têm que ser revistas, porque estão hoje em sentido de maior quantidade de concreto, mais estruturas, mais pavimentos, mais estacionamentos. O Parque Harmonia, 1.500 vagas – ali tem impermeabilização do solo, tem aquecimento, ali nós temos ilhas térmicas. Nós vamos comprovar isso, com termômetros, demonstrando que naquele local onde se retirou a vegetação para fazer estacionamento para dar lucro para empresas, ali é a temperatura maior do que no resto da cidade. Isso implica em maior gasto de energia. Esses totens luminosos que têm na cidade, temos que rever também, é um gasto de energia supérfluo para aumentar ainda mais o consumo das pessoas. Nós não queremos aumentar o consumo, nós temos que diminuir a nossa pegada ecológica. A prefeitura de Porto Alegre infelizmente faz

tudo ao contrário e ainda tem um plano de mudança climática que contrata um setor internacional de uma ONG, que não sei para que serve, chamada ICLEI, para fazer um plano *fake*. Nós temos que denunciar isso, temos que rever a cidade, rever o Plano Diretor, que mantenha mais áreas verdes, menos concreto e mais proteção à orla; enfim, respeitar o Conselho Municipal do Meio Ambiente que tem muito, não só o Conselho Municipal do Meio Ambiente, como o conselho do Plano Diretor, que tem muito a dar, e nós não podemos ficar sempre reféns do imediatismo econômico, como estamos vendo hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Vamos ver se o sinal do Sr. Guilherme Barbosa está melhor agora.

SR. GUILHERME BARBOSA: Olá, bom dia! Estão me ouvindo bem agora? Que bom. Ver.^a Lourdes, cumprimento a senhora, na presidência da comissão em que eu estive – essa foi uma comissão que eu participei, durante os 12 anos em que estive na Câmara, cumprimento o Ver. Oliboni, pela iniciativa e todos outros vereadores, vereadoras que participam desse encontro, assim como as várias pessoas que estão nos assistindo. Quero agradecer ao convite, dizer que na minha vida pública, ter dirigido o DMAE foi uma grande honra, muito peso nas costas também, mas uma grande honra; saber que o saneamento tem uma vinculação, já foi dito pelo Vicente, muito forte com a saúde pública e com o meio ambiente. Onde existe saneamento temos muito menos doença de veiculação hídrica, e a gente consegue proteger, muitas vezes recuperar o meio ambiente; quando falo nesse assunto também lembro de uma pessoa com quem eu tive, na Câmara, muito embate político, pelas nossas diferenças ideológicas, mas nesse tema do DMAE a gente se unia fortemente: o Ver. João Dib, que foi duas vezes diretor do DMAE e que defendia o DMAE público, assim como eu – nós nos encontramos em vários eventos com essa pauta, é uma questão de saúde pública, repito; portanto, esse órgão tem que se manter público. Dentro da história do DMAE, já foi dito pelo engenheiro Vicente também, o assunto

drenagem fazia parte do DMAE no seu início – o DEP foi criado em 1973, vejam vocês, em 1973, quem administrava a cidade; portanto foi criado o DEP para cuidar, única e exclusivamente, da drenagem na cidade; portanto esse tema não tem a ver com a questão ideológica, tem a ver com uma lógica de gestão, uma maneira mais adequada de atender a população. Então, saiu do DMAE o assunto drenagem; por que saiu do DMAE? Da mesma forma que aconteceu agora, a consequência foi a mesma, é que o DMAE tem como primeira prioridade o abastecimento de água. Qualquer diretor que esteja sentado naquela cadeira vai se preocupar primeiro com a questão do abastecimento de água, em segundo lugar com a questão do esgoto cloacal, a sua coleta e o seu tratamento – esses são assuntos do cotidiano, do dia a dia; portanto, a drenagem termina ficando numa terceira posição. Quando dá tempo, se pensa na drenagem. Outro dado, muito importante sob o ponto de vista de gestão, é que o Departamento Municipal de Água e Esgotos, o DMAE, vive de tarifa; a tarifa é um dado de um serviço que você mede, que você consegue medir, então a gente mede o abastecimento de água, mede a coleta do esgoto; portanto, o DMAE vive de tarifa. Como é que vai se medir tarifa no assunto drenagem? Impossível. Esse recurso para investir em drenagem tem que vir do cofre da Prefeitura. Está certo? Muito bem. Olha, se é assim, como é que vai misturar dinheiro em uma autarquia?

Também um pouco de história: o DMAE já foi uma secretaria; quando ele resolveu pedir um financiamento ao BID para a construção da estação de tratamento do Menino Deus, uma das maiores da cidade, o Banco Interamericano, naquela ocasião, impôs – e fez corretamente –, e o DMAE foi se transformar de uma secretaria em um departamento, em uma autarquia, porque, dessa forma, como autarquia, tem seu próprio recurso e tem uma administração, uma certa independência com relação à centralizada. É claro que quem nomeia o diretor do DMAE é o prefeito, mas, no dia a dia, o prefeito não pode interferir sobre isso, no seu trabalho diretamente. Nasceu o DMAE em 1961, quando a secretaria tomou esse financiamento para construir uma das grandes estações de tratamento de água da nossa capital. Muito bem; então, por isso, nós estamos

defendendo fortemente, novamente, que Porto Alegre volte a ter um órgão exclusivo para drenagem; porque, se ficar no DMAE, até pode, mas o recurso vai ter que vir da Prefeitura de qualquer maneira, e isso dá problema de misturar dinheiro, isso não é adequado sob o ponto de vista de gestão. Ou, se não vier o dinheiro da Prefeitura, o DMAE teria que aumentar a tarifa lá no céu, e a população não suportaria isso. Portanto, queremos dizer, e os eventos atuais mostraram isso... A drenagem foi para o DMAE, decisão do prefeito Marchezan, continuou com o prefeito Sebastião Melo, o que aconteceu? Lá, no DMAE, não se criou nenhum setor que fosse cuidar da drenagem. Os antigos profissionais do DEP ficaram espalhados, e poucos foram para o DMAE, então nem havia experiência no DMAE para trabalhar com relação à drenagem.

Bem, eu quero também colocar a seguinte discussão: quando, em 1941, aconteceu aquela grande enchente, que era a maior, até essa de 2024, se estruturou todo esse nosso sistema de proteção. Ficou provado que, se tudo estivesse funcionando bem, vários bairros da nossa cidade não teriam sido alagados. O 4º Distrito, o Centro Histórico, a Cidade Baixa, o Menino Deus, toda essa região não seria alagada, mas o sistema de proteção contra a inundação em nossa cidade vai até a Av. Diário de Notícias e termina, portanto, na Vila Assunção. E, claro, o raciocínio naquela ocasião é porque, em 1941, a região sul da cidade era uma região de chacinhas, tinha uma casa aqui, outra acolá. Então o sistema parou na Vila Assunção, na Av. Diário de Notícias, Ver.^a Lourdes. Muito bem, agora nós temos Tristeza, nós temos Ipanema, vai até o Lami, que não tem sistema de proteção; e não é responsabilidade da atual administração os alagamentos que aconteceram ali, porque não há sistema de proteção nessa região. Portanto, é uma discussão que nós temos que fazer daqui para a frente. Os eventos – como a senhora falou, inclusive – estão mais frequentes e mais rigorosos. Então há a tendência de que nós tenhamos, em um tempo... Levou 83 anos para que nós tivéssemos uma inundação como aquela de 1941, e foi maior; a tendência é que seja em um período menor e que aconteçam outras menores várias vezes durante esse período.

O Paulo Brack colocou uma discussão pertinente, que, ao invés de a gente vir para a Zona Sul ocupando esse espaço que sempre foi muito mais ambiental, da natureza, que a gente vai ocupando sem o devido cuidado, e o que acontece é o que nós estamos vendo... O Guarujá continuou alagado depois que as outras regiões da cidade estavam secas; o Guarujá continuava alagado. Eu fui procurado pela direção do Clube do Professor Gaúcho, essa entidade aqui da Zona Sul, muito importante, onde eu moro, também – eu moro em Ipanema –, e nós ficamos alarmados com o que aconteceu naquele clube, que é uma referência para toda a nossa região. Então é uma discussão importante.

Também a discussão que nós estamos defendendo é que, no futuro, Ver. Oliboni, o DMAE tem que começar a fazer um trabalho – que não é fácil, vai ter que ser ao longo do tempo – de interligar todas as suas estações de tratamento de água, para que, quando houver problema em uma, isso possa ser abastecido pela outra; não vai ser 100%, mas não vai ficar sem água. É um trabalho que vai levar muito tempo, mas importante de fazer.

E a discussão – e finalizo com isso, trazendo essa discussão – é que nós temos que avaliar se com seis metros, que é a cota de todo o nosso sistema de proteção, se todo ele estivesse funcionando nessa cota, nós não teríamos sido alagados em vários bairros, como eu já disse, se ele vai precisar ser aumentado ou não. Porque o planejamento das obras de drenagem, assim como o setor elétrico – eu sou, originalmente, da antiga CEEE –, é um cálculo probabilístico. Com o que vai acontecendo, você vai atualizando as probabilidades de ocorrer um evento semelhante ou superior. E tanto lá quanto na drenagem se diz que o pior evento ainda será o próximo, porque a gente pode ter sempre um maior do que aquele que já aconteceu. Então, acho que a cidade tem que abrir uma discussão, e a COSMAM pode ser um espaço para isso, se nós vamos precisar aumentar o nosso sistema de proteção que hoje está na cota de seis metros. Lá em 1941, ficou entre quatro e cinco metros; agora, em 2024, passou de cinco metros. O evento que virá será maior? Se a gente continuar, como destacou muito o Paulo Brack, a pavimentação da cidade ao invés de ampliar arborização, diminuindo a arborização – parece que há um planejamento hoje de derrubar as

árvores ao invés de plantar mais, como sempre fizemos –, a forma de consumo que nós temos, a ocupação do solo do jeito que temos, a tendência é, sim, ter um evento maior ainda. Então eu quero deixar essa discussão: DMAE público, sem dúvida nenhuma, criar um órgão de drenagem de novo, isso ficou provada a sua necessidade; discutir um sistema de proteção, se fica na cota seis ou não; interligar as estações de tratamento do DMAE – isso vai ser importante – e verificar, estudar bastante. Temos o IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas –, temos muita gente de muito conhecimento aqui na nossa universidade para verificar se mantemos a nossa cota seis ou será necessário ampliar. Muito obrigado. Fico para o debate.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, eu quero citar os participantes que, de início, não estavam bem identificados: o representante, o defensor público dirigente do Núcleo de Defesa Ambiental, João Otávio Carmona Paz; também, do Conselho CRF, está Alexandre Sartori; da Prefeitura, representando o Gabinete do prefeito, o procurador Dr. Marisco; Secretaria da Fazenda, Marcelo Fernandes; diretora do DMAE, Joice Becker; diretor do Tratamento de Água e Esgoto, biólogo Evandro Colares; SMSUrb, o secretário adjunto estava presente; José Natal, secretário adjunto da SMAMUS respondendo às perguntas. Nós convidamos sempre todo secretariado envolvido no tema e, como todos têm agenda, participa o adjunto ou algum representante especial. Então, de imediato, eu passo a palavra ao DMAE.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ver.^a Lourdes, para dar equiparação, se possível três do governo falar aqui para fazer o contraponto, e aí a gente abre para as demais entidades e cidadãos que queiram se inscrever. Pode ser?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Pode ser. Vamos ver se, de repente, pode ter algum assunto importante que algum representante possa falar. Vamos passar a palavra ao DMAE; depois, à SMAMUS. Não sei se o Dr. Marisco, que é o representante do prefeito, quer usar a palavra?

SR. NELSON MARISCO: Posso falar, sim.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Dr. Marisco, com a palavra.

SR. NELSON MARISCO: Bom dia, Ver.^a Lourdes; bom dia, Ver. Oliboni. Em nome desses Exmos. vereadores, eu cumprimento todos os demais presentes; minha colega do DMAE, Joice, e os ilustres participantes desse importante debate dessa comissão da nossa Câmara de Vereadores.

Ouvi atentamente as explicações expostas, todos sabemos da importância desse debate, todos vimos o que aconteceu em Porto Alegre. Eu acho muito importante que nós que estamos neste momento importante da história da cidade tenhamos um olhar para frente, no sentido de ver o que podemos fazer para melhorar todo o sistema de proteção contra as cheias da cidade que foi herdado pelo município de Porto Alegre lá na década de 60, 70. É um instrumento de proteção antigo que precisa ser aprimorado. Todos sabem, claro que tem os seus méritos, esses méritos inclusive foram demonstrados durante a cheia que foi uma enchente que tomou proporções inimagináveis. Existe, é claro, toda uma – vamos dizer assim – necessidade de revisão das competências, responsabilidades da União, do Estado e do próprio município de Porto Alegre e de outros municípios aqui que compõem a Região Metropolitana, porque a inundação, como todos sabemos, veio especialmente da bacia do rio Taquari, rio Caí, rio Jacuí que sofreram, receberam uma carga de água que nós não temos sequer a dimensão exata da quantidade de chuva que caiu nessa bacia hidrográfica que, por segundos, a chuva encheria o Estádio Beira Rio inteiro e o Estádio da Arena. Mas isso é claro que não escusa os entes públicos, as pessoas jurídicas de direito público – União, Estados e Município – de refletirem e de investigarem tudo que pode ser feito para impedir que isso aconteça novamente. Como é de conhecimento de todos, existe o escritório da reconstrução que já está trabalhando com “n” projetos que visam a melhoria na proteção de cheias, com a atuação do DMAE. E eu quero ressaltar aqui, neste momento, a importância, a dedicação dos trabalhadores do DMAE. Faço esse

cumprimento na pessoa da colega Joice Becker, que pouco dormiu durante o início do mês de maio em razão das “n” necessidades que foram surgindo por vários motivos. Então eu gostaria de deixar aqui registrado, não vou fazer nenhum contraponto, para não transformar essa reunião em um bate-boca, só que alguns argumentos como, por exemplo, a recriação do DEP – Departamento de Esgotos Pluviais – olha, isso pode ser uma alternativa ou não, entende? Porque o que precisa ser feito é a atenção especial e específica para a questão da drenagem em Porto Alegre, que precisa ter um outro olhar em razão da importância que agora todos os cidadãos porto-alegrenses... É importante que se frise isso, e, como falou o nosso primeiro expositor de hoje, é preciso afastar os negacionistas, porque nós vimos a importância do sistema de drenagem, e agora eu acho que quem pode muito bem cuidar disso é o DMAE. O DMAE é extremamente capaz e capacitado para isso, ele é composto por engenheiros de alto calibre, alta condição para continuar exercendo essa função. E mesmo porque, quando houve a extinção do DEP, e aqui eu não quero fazer a defesa específica de ninguém, mas as pessoas não sumiram; elas apenas passaram a compor outra uma autarquia que é, vamos dizer assim, conhecida como possuidora de recursos, patrimônio para exercer satisfatoriamente a função. Eu acho que com isso eu faço essa breve introdução do que corresponde ao Poder Executivo Municipal.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada. Passo a palavra de imediato para Joice Becker, representando o DMAE, diretora.

SRA. JOICE BECKER: Bom dia, Ver.^a Lourdes, Ver. Oliboni, agradeço o espaço, cumprimento todos os vereadores e todos que nos acompanham, colega Marisco, do Gabinete do Prefeito. Na verdade, o corpo técnico do DMAE atuou tanto na enchente de setembro como na de novembro e nessa última enchente, e, em algum momento, a gente tem um espaço para fazer um relato daquilo que efetivamente é o que existe. Até nós, como técnicos, nos causou estranheza enquanto a gente ainda estava na contingência de que já existissem

relatórios de diagnóstico do que aconteceu. Em muitas estações a água não tinha nem baixado e já existiam inclusive diagnósticos das estruturas, sendo que nós que trabalhamos com isso, no dia a dia, a gente está conseguindo montar esse relatório agora, inclusive é o relatório que está sendo usado para responder aos órgãos de fiscalização e controle, com os dados de operação daquilo que que existia, vou falar especificamente das casas de bomba e dos portões, que chamam de comportas, mas na verdade são portões, porque comporta é uma estrutura absolutamente estanque, e o projeto da daqueles portões não previa estanqueidade absoluta. O que a gente verificou, ao longo desse mês de maio, e aí foi o evento mais extremo, e eu acho que o Marisco trouxe uma questão que é bastante importante: a magnitude do evento que nós vivenciamos agora em maio de 2024 foi o primeiro evento em que se teve um teste numa vazão tão alta de água desse projeto todo, que é dos anos 1970 e por tanto tempo. Nós ficamos com o Guaíba numa cota acima dos 4 metros por muitos dias. E aí a gente se questiona: as casas de bomba foram projetadas, as bombas que estão no projeto das EBAPs foram projetadas para funcionar 24 horas durante dois meses? Então são questões técnicas que a gente está levando nos relatórios até para apontar essa questão que se estabeleceu de que existe uma falha de manutenção, definir bem o que é manutenção e quais são as falhas. Fala-se em ferrugem, a gente está fazendo toda uma vistoria nos portões, com imagens, com registros da troca de roldanas, de todas as estruturas metálicas, as famosas borrachas que todo mundo cita. Mas quando a gente cria um projeto, ele é criado numa condição ideal; então a algumas contingências que a gente vivenciou na vida real não estão previstas no projeto. Por exemplo, algumas estruturas que prendiam os portões no muro foram furtadas na noite anterior à inundação, elas estavam ali. Então contingências que surgem na rotina e no momento da ação, mas, claro, eu acho que a fala do Marisco é muito boa no sentido de que a gente precisa melhorar pontos que a gente não esperava e ninguém tinha conhecimento que poderiam ser pontos de inundação da cidade. Vou dar um exemplo muito simples, as captações de água do DMAE. O Guaíba chegou num nível tão alto que o posto de bombeamento de água bruta, em alguns momentos, estava

colocando água para dentro da cidade. Se a gente reduzisse o mínimo que fosse o bombeamento, a gente começava a inundar a cidade pelo próprio posto de bombeamento de água bruta, porque ele já é numa cota mais baixa; a própria Usina do Gasômetro que ninguém nunca citou que poderia ser um ponto de entrada de água, ela tinha um ponto de fragilidade. Então a revisão desse projeto, que é um projeto muito bom, eu acho que ele é bastante robusto porque ele suportou pelo menos três eventos de grande magnitude, mas é um projeto dos anos 1970 e que, por óbvio, tem que ser muito melhorado. E a questão da manutenção nunca é, digamos, perfectibilizada, a manutenção está sempre em melhoria, em processo de renovação. Então eu acho que esse evento que a gente vivenciou em maio nos ensinou isso. E até a título de dados que nós temos, por exemplo, no dia 1º de maio de 2024, a EBAP 6, que é a que atende o bairro Anchieta, tem uma vazão projetada de 9 mil litros por segundo para retirar água. No dia 1º de maio ela estava com 100% dessa disponibilidade, as quatro bombas estavam operantes, três de 2.500 litros e uma de 1.500 litros. Por que as EBAPs pararam? Algumas ficaram em regiões que inundaram porque entrou água por algum outro ponto que não foi previsto e ela foi desligada por uma questão de segurança, questões de energia elétrica, evitar choque elétrico. Então o grande motivo da parada da maioria das EBAPs foi a energia que foi desligada por questão de segurança ou porque ela estava numa cota que foi inundada pelo entorno da EBAP, o bairro foi inundado. Então tudo isso tem que entrar nesse grande estudo. Eu acho que o grande aprendizado é eliminar as fragilidades e melhorar esse projeto. Acho que a fala do Guilherme Barbosa é muito pertinente, quando a gente cita as questões da importância de investimentos no saneamento. E indo ao encontro também do que o Marisco falou, a gente precisa repensar a gestão de saneamento. Quando a gente fala de saneamento é uma política que ela tem uma interface direta com a saúde, meio ambiente e também habitação. A região do dique do Sarandi, a gente teve pontos de fragilidade no dique em virtude de construções de habitações, de cidadãos que ali se instalaram e que acabou, em algum momento, também fragilizando a estrutura do próprio dique. Então todas essas questões técnicas têm que ser avaliadas

nesses estudos, e eu acho que a questão, pelo menos no meu ponto de vista, não é a de buscar culpados, eu acho que tem que apontar as falhas e ver como saneá-las e fazer uma governança metropolitana. Eu acho que Porto Alegre poderia ter investido bilhões em drenagem, se a Região Metropolitana não tiver uma interface com as nossas políticas, se a política não for conjunta, assim como nós sempre discutimos nos comitês de bacia, seja do Gravataí e do Guaíba, a política tem que ser intersetorial e intermunicípios, e essa visão sistêmica, como o Paulo Brack falou, de que o meio ambiente é uma responsabilidade conjunta. A divisão de município é meramente geográfica, o meio ambiente não conhece bem esses limites, a vida a vida vai achando um meio, e os meios físicos e biológicos vão se expandindo. Então a gente fica à disposição para alguma dúvida quanto à questão de funcionamento das EBAPs e de manutenção. O DMAE tem todos esses dados, e até a título de curiosidade, quando as estruturas do DEP vieram para o DMAE, a gente tinha uma capacidade de bombeamento funcionando em torno de 40% do total de bombas; no dia do evento, no início do evento da inundação, das 101 bombas que o DMAE tem nas casas de bomba, 86 estavam funcionando. Então, 88%, 88,61% da capacidade instalada de projeto estava operante. Acho que o principal: quais foram as falhas, como saneá-las num curto espaço de tempo e quais as mudanças que a gente tem que ter no olhar da gestão da drenagem, na interface com o tratamento de água e de esgoto? Até como – acho que foi o Guilherme que trouxe a questão da interligação entre os sistemas de abastecimento –, já existem alguns pontos que eles se comunicam, acho que a gente pode sim buscar ampliar essas ligações de sistema, não só interligar, mas também ampliar as soluções para os momentos de crise. Ficamos à disposição, obrigada, vereadora, vou encerrar por aqui.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Mais alguma representação da Prefeitura, SMAMUS, Defesa Civil que queira se manifestar?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ver.^a Lourdes, acho que a SMAMUS poderia nos dar retorno de alguns questionamentos feitos inicialmente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Sim, mas primeiro vamos concluir as falas pela representação da Prefeitura, depois nós passamos aos questionamentos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O secretário não veio, então, Lourdes?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Tem representação a SMAMUS. Com a palavra o Sr. Natal.

SR. JOSÉ NATAL ARAÚJO DE SOUZA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Na verdade, para o tema em questão é extremamente urgente, necessário e importante que se abra o debate, para que se chegue a algumas conclusões, já que – como aqui foi dito e reprisado pela maioria das pessoas que me antecederam – se trata dum fenômeno jamais imaginado, que é o maior da história do Rio Grande e, certamente, o maior da história do País, cujas dimensões... é difícil ainda de se poder fazer uma leitura precisa dos prejuízos e danos que causaram a toda a população rio-grandense. Mais especificamente em relação a Porto Alegre, uma questão é importante aqui, que foi levantada pela colega do DMAE. Essas questões emblemáticas no que diz respeito às medidas a serem adotadas, para que se possam evitar futuras catástrofes de magnitude como a que ocorreu agora, é importante que se diga que elas passam necessariamente pelo entendimento dos municípios da Região Metropolitana, já que a bacia do rio Guaíba e a do rio Gravataí se unem de forma a abranger praticamente todos os municípios da Região Metropolitana. Então, medidas importantes a serem tomadas necessariamente passam pelos municípios da Região Metropolitana, para que, junto com Porto Alegre, possam construir medidas eficazes e capazes de evitar uma nova catástrofe ou, ao menos, não dessa magnitude. Importante também que se diga que é impossível

enfrentar uma situação dessas sem que se tenha participação efetiva dos três entes federados. União, Estado e municípios deverão caminhar juntos na solução e na adequação das medidas que deverão ser tomadas. Não podemos atribuir uma enormidade numa situação dessas proporções exclusivamente ao município, exclusivamente ao Estado, exclusivamente à União. Necessariamente, nós temos que ter a responsabilidade dos três entes federados: União, Estado e municípios, a discussão tem que começar por aí. Nós temos que ter responsabilização e medidas por parte do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais. Dentro dessa linha, é importante que se diga também que o momento é muito delicado, e devemos ter neste momento o cuidado de não politizar. Isso é uma matéria de extrema importância, de extrema relevância. Para nós termos uma ideia, 30%, ou um terço da população de Porto Alegre foi gravemente atingida por essa catástrofe. Isso não é pouca coisa, isso é um evento de magnitude incalculável. Tem que se ter em mente que nós tivemos quase um terço da população de Porto Alegre atingida por esses eventos climáticos. Nós, até para colaborar com a discussão – e, desde já, parabenizando, presidente Lourdes, pela iniciativa e pelo debate na comissão sobre o tema –, queremos dizer que uma das medidas do governo municipal, das mais relevantes que podiam ser tomadas, para que, imediatamente, pudesse tratar das questões não apenas de achar mecanismos e meios possíveis para amenizarmos o sofrimento daqueles que foram atingidos e muitos deles perderam tudo, perderam suas casas, perderam seus pertences, perderam seus animais de estimação, perderam tudo, nós necessitamos reconstruir essas vidas, reconstruir essas famílias. Nós precisamos também já começar a pensar em medidas eficazes, para não termos mais um fato dessa grandiosidade e que atingiu tão fortemente os porto-alegrenses e os gaúchos. Com a iniciativa elogiável do prefeito Sebastião Melo criou-se, ao exemplo do que tinha sido feito no governo federal, ao exemplo do que tinha sido feito no governo estadual, o Escritório de Reconstrução. Com o Escritório da Reconstrução, aprovado ainda na semana passada pela Câmara de Vereadores, a quem eu quero tecer meus cumprimentos e agradecer a grande contribuição

que a Câmara de Vereadores deu no encaminhamento desse projeto, inclusive com apresentação de emendas aperfeiçoando o projeto e trazendo fatos que pudessem realmente contribuir para a eficácia desse escritório, nós temos hoje a esperança, mais do que nunca, de que, sim, vai ser possível nós começarmos a reconstruir Porto Alegre, a tomar medidas necessárias e importantes, para que não tenhamos nunca mais um fato dessa gravidade, dessa natureza. Um fato em que, além de muitas vidas terem sido ceifadas, muitas pessoas ficaram absolutamente sem nada. O Escritório de Reconstrução será comandado, coordenado pelo nosso secretário Germano Bremm, secretário da SMAMUS. Nós queremos dizer que faremos um trabalho junto com as demais secretarias, junto com os órgãos que fiscalizam e trabalham, que ajudam, que tomam medidas e apontam medidas necessárias, junto com a Câmara de Vereadores, junto com a sociedade. Nós haveremos de tomar medidas que poderão, desde já, amenizar ou tratar de questões gravíssimas que dependem de iniciativas imediatas. Nós não temos muito mais tempo, porque não podemos garantir se não teremos daqui 30 ou 40 dias uma nova tempestade, uma nova enxurrada de chuvas, em que os problemas, com certeza, se repetiriam. Porto Alegre precisa reconstruir sim, já, e nós acreditamos muito que o Escritório de Reconstrução de Porto Alegre, com a ajuda do governo do Estado e do governo federal poderá, em breve, já ter medidas que vão amenizar bastante essa situação e essa aflição que atinge a todos os porto-alegrenses. Eram essas as nossas ponderações iniciais, continuamos à disposição, Ver.^a Lourdes e Ver. Oliboni .

PRÉSIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada.

Dr. João Carmona, representante da Defensoria, do Núcleo da Defesa Animal.

SR. JOÃO OTÁVIO CARMONA PAZ: Bom dia a todas e todos, saúdo a Ver.^a Lourdes, presidente da comissão, o Ver. Oliboni, proponente desta importante pauta. Eu queria falar primeiro da importância desse debate, que é, na verdade, fundamental para vida da pessoas da nossa cidade e, do ponto de vista da minha área de atuação, eu diria mais especificamente sob o ponto de vista da teoria do

estado e pensando nas responsabilidades e na importância da atuação do estado do ponto de vista teórico, eu vou tentar fazer uma análise para se enfrentar essa situação. Sobre isso muito foi dito, e de certa forma eu concordo que o enfrentamento dessa emergência climática e a questão da proteção da cidade de diversas maneiras, não só no sistema de proteção contra enchentes, mas também em relação à expansão da cidade, áreas de proteção permanente, todas essas questões poderiam, em tese, e é essa a luta que nós temos que travar, que todos os campos político-ideológicos que nesse sentido buscam a administração do estado possam estar unidos na solução efetiva do problema. Eu digo isso porque acho que do ponto de vista daquela visão mais social, mais de esquerda, digamos assim, que tem mais claramente, até no discurso, a visão da importância do estado no enfrentamento de questões, e de um estado que tenha a capacidade de incidir na sociedade ativamente para proteção e para regulação... Também do ponto de vista da direita, se a gente pensar do ponto de vista do liberalismo clássico, o grande avanço que se teve do ponto de vista da teoria do estado com o liberalismo foi a separação do poder econômico do poder político, lá nas revoluções burguesas, Revolução Francesa – vamos usar como como paradigma – e isso e isso foi muito importante para o desenvolvimento das forças produtivas, para o desenvolvimento da economia, digamos assim, porque tu tinhas um terceiro que administrava e dava condições para que o poder econômico se desenvolvesse nesse sentido, fornecendo a infraestrutura e a regulação necessária para que o poder econômico pudesse se desenvolver, mesmo que eventualmente contra – eventualmente não, até em diversos momentos – algum interesse econômico particular, porque a visão era do interesse econômico coletivo, digamos assim. E com o avanço do chamado neoliberalismo, esse espaço que era tido mesmo pelos liberais clássicos, o espaço do estado, que é o espaço de regulação, que é o espaço de investimento, inclusive em infraestrutura e regulação, para que toda a sociedade pudesse se desenvolver, as forças produtivas pudessem desenvolver, a partir do neoliberalismo há uma ocupação desse espaço. Esse espaço da regulação, do fornecimento de infraestrutura, de cuidados com essas bases que são

necessárias para o desenvolvimento econômico, do ponto de vista do liberalismo, mais especificamente econômico, mas também social, podemos dizer, então esse espaço foi sendo passado para a iniciativa privada, para os interesses privados desse grupo econômico que assume determinada função, e nesse sentido deixa de se ter uma visão coletiva e a visão da importância dessa atuação na infraestrutura e na regulação, para ser apreendido por interesse particular daquele grupo que assumiu a função.

Eu peço perdão por ter feito essa digressão, mas o que eu quero dizer com tudo isso é que, sim, todos os campos políticos podem estar unidos no fortalecimento do DMAE, recriação do DEP da maneira que era anteriormente ou de uma nova maneira, a recontração de profissionais para que se possa dar realmente enfrentamento à emergência climática, a ampliação da proteção ambiental, todas essas situações elas podem estar, de fato, em todos os campos políticos, mas é preciso que as forças políticas – aqui nós temos forças políticas importantes – que elas também tenham capacidade de contrariar ou, digamos assim, de convencer, e ao final e ao cabo, se não é possível convencer em alguns casos todas as forças econômicas envolvidas, contrariá-las no sentido de que é preciso que, mesmo uma força política ligada às forças produtivas, ligada à indústria, ligada ao agronegócio, sejam capazes de dizer: “É preciso que a gente retome a força do estado, é preciso que a gente retome a capacidade do Município, do DMAE, do DEP, é preciso que a gente recomponha áreas de proteção permanente”. Tudo isso é preciso para que as forças produtivas possam se desenvolver de uma nova maneira, de uma maneira ecologicamente correta, mas isso é um outro capítulo. Aqui, de um ponto de vista mais direto, eu uso essa minha fala para conclamar todos os campos políticos, e aqui mais diretamente o campo político que está mais ligado às forças produtivas, que essa missão já foi cumprida por esse campo político, essa missão de regular, de cuidar da infraestrutura, de investir na infraestrutura, de investir inclusive em pessoal, para que tenha capacidade de enfrentar a intempéries, nesse caso a mudança climática, e permitir que as forças produtivas se desenvolvam. Essa missão já foi cumprida e é preciso retomar essa missão. É preciso que as forças

políticas também ligadas às forças econômicas tenham a capacidade, tenham a força de impor essa visão ou de convencer, ou de impor essa visão, porque isso é necessário inclusive para o desenvolvimento das... (Ininteligível.) ...produtivas. Acho que talvez não tenha sido falado aqui, mas as perdas foram enormes, do comércio, do agronegócio, da indústria. O aeroporto fechado há não sei quanto tempo, e vai ficar não sei quanto tempo fechado, isso tudo é infraestrutura que foi papel do Estado, lá, no momento de uma evolução da nossa teoria do Estado, e que nós involuímos. Então eu encerro para fazer esse chamado de que as forças políticas consigam convencer ou até, em algum caso, ir contra aquelas forças que lhes dão apoio para que a gente possa avançar e daí bem claramente retomar toda a força do DMAE, toda a força do DEP, fazer novas pesquisas, ampliar áreas de proteção para que a gente possa proteger a cidade, proteger o cidadão mais vulnerável que é a missão de existência da Defensoria Pública.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Isso aí. Vamos fazer concurso público, Carmona, concurso público, fortalecer o braço do Estado.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

SR. JOÃO OTÁVIO CARMONA PAZ: Obrigado pela oportunidade...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Só vieram projetos de leis para a Câmara para contratação, desculpa, Lourdes, essa nova secretaria criou 12 CCs. Não se fala em concurso público. Temos que ter coragem para poder fortalecer o braço do Estado, Carmona, diga isso.

SR. JOÃO OTÁVIO CARMONA PAZ: É, é isso aí, vereador. E isso já foi tarefa, inclusive, dos liberais. Isso já foi inclusive uma tarefa dos liberais que a gente espera que retomem.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem, é muito importante a sua fala, doutor, mas só para corrigir o meu colega, as vagas estas são provisórias – não é, Ver. Oliboni, nós temos um bom relacionamento, embora ideologias diferentes –, mas é até dezembro. Eu votei a favor. É um escritório para centralizar tudo isso inclusive os contatos em nível federal. Mas o projeto...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O nosso debate foi bom na Câmara, mas é claro, a oposição votou contra, porque a gente entende que não são necessários 12 CCs, mas a questão é: provisório até o final do ano. Só que até o final do ano nem os recursos foram captados; obviamente que quem ganhar a eleição obviamente vai continuar ou não, mas é importante fortalecer o serviço público com concurso público. O DMAE precisa de técnicos importantes. É claro, eu também sou do lado que defende a volta do DEP, com todo respeito.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Bom, muito bem, nós temos ainda a fala dos vereadores, nós temos encaminhamentos e vamos abrir para até três inscrições, que breves, para que façam seus questionamentos, suas manifestações. Todas as respostas que estão no *chat*, a secretaria da COSMAM está presente, se responderá porque enviaremos para os órgãos respectivos.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Lourdes, tu me permites... Está na lista o Felisberto para falar, porque estava entre os quatro convidados, e eu não

recebi informação da assessoria minha aqui, para dar uns cinco minutos para o Felisberto, se é possível.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem, só um pouquinho, vereador. A SMSurb, eu tenho essa dificuldade de pronunciar, é uma sigla, agora vou gravar, estava o secretário adjunto, eu vi uma mensagem no *chat*, não sei se ele queria se manifestar ou só foi uma colocação de uma terceira pessoa. Se for, tem também os seus três a quatro minutos. (Pausa.) Então vou passar a palavra para o Luisi, representante da Região de Planejamento I do Plano Diretor de Porto Alegre. É o fórum de planejamento, Luisi?

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Isso, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Eu fui... (Ininteligível.) ...desse fórum há quase 20 anos.

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Nobre presidente da COSMAM, Ver. Oliboni, Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Tanise, demais vereadores e demais presentes, colegas que me antecederam aqui, que falaram, Paulo Brack, Vicente Rauber e Guilherme Barbosa. Eu queria, num primeiro momento, como conselheiro reeleito numa eleição histórica em 9 de janeiro, em defesa de uma cidade para as pessoas, e neste momento em que a gente discute cidade, reconstrução da cidade, eu sempre me pergunto: e a cidade real, a cidade que existe, o que será feito dela? Aquilo que há mais de 35 anos vem sendo solicitado pela população no Orçamento Participativo, será levado em conta o débito que existe das demandas do Orçamento Participativo, que este ano faz 35 anos de existência? Não é uma gestão qualquer, não é um projeto construído com a sociedade, ele tem o reconhecimento internacional. Então já queria convidar todos aqui presentes, os vereadores e vereadoras, que no sábado no IAB estaremos comemorando os 35 anos do Orçamento Participativo, essa experiência que

encantou o mundo. O mundo esteve em Porto Alegre para observar como a população aqui desse sul do planeta discutia e tinha capacidade de apresentar soluções. Eu acredito que não se tem política pública, se não houver estrutura para implementá-la. Nós temos que valorizar sim os servidores públicos, abrir concurso, criar estrutura de Estado, sim, é fundamental, porque a iniciativa privada, se não houver lucro, ela não vai dar resposta, ela vai entregar as concessões. Nós não podemos deixar de ter órgãos sobre gestão pública e controle social. Não existe, não existirá política pública que possa ser implementada se não tiver o controle de público, o controle social, o respeito aos conselhos, aos conselhos municipais, aos conselhos setoriais que deverão ter retomado seu caráter deliberativo. O governo tem que governar junto com os conselhos, e um governo democrático não pode governar só para a iniciativa privada, que nós temos... (Ininteligível.) ...nesses últimos anos, é tudo para a iniciativa privada e nada para o público. Nós não temos nenhuma demanda do Orçamento Participativo sendo atendida; verbas ínfimas sendo dirigidas, de R\$ 20 milhões, isso é ínfimo! Então eu conclamo os vereadores, Lourdes e demais vereadores, Mônica Leal e todos, que tenham um olhar público para a cidade, para as pessoas. Ao longo dos meus 71 anos, 36 anos são dedicados à atividade pública, a construir uma cidade para as pessoas. Metade da minha vida foi dedicada a isso e continuo aqui defendendo uma cidade que tenha um olhar para as pessoas. Não há, e neste momento, nós não podemos deixar de ouvir os atingidos. É lamentável quando a gente não ouve os atingidos. A solução não é técnica, a solução é humana, a solução é envolver as pessoas que sofreram. Eu fico quando as pessoas dizem: “Ah, as pessoas têm que ser afastadas porque ali alaga”. Agora, pasmem os senhores que o Conduto Álvaro Chaves foi exatamente feito para proteger quem já tem todos os benefícios de um sistema, que é o Moinhos de Vento. A população de periferia, essa não tem atendido a sua demanda, alaga, aí dizem: “Vocês não podem estar aí, vamos tirar vocês do 4º Distrito, porque não pode morar aí”, mas a Arena pode estar lá, aqueles sete ou oito prédios podem estar lá. Agora, a população que há anos sofre, que mora lá há anos, que foi criada a Vila Tecnológica, foram criados vários

empreendimentos habitacionais feitos pela população e pelo governo, que tinha visão de habitação de interesse social. É fundamental a gente retomar essa visão da importância do estado. O Carmona foi muito feliz na sua observação: chega de estado mínimo. O estado mínimo não vai responder às necessidades da população.

Então, agradeço o espaço. Eu me coloco à disposição para que a gente possa discutir a cidade com as pessoas. Nós temos que ter a capacidade que é política, sim, é ideológica, sim. Nós temos que parar de dizer que não é política, que não é ideológica. Só serve a ideologia para defender os interesses da iniciativa privada, quando é para defender o interesse público, não pode haver ideologia, não pode haver política. É muito interessante essa falácia, certo? Então, eu queria dizer isso. Finalizo a minha fala agradecendo o espaço, o convite, desculpe a veemência, mas faz parte da minha paixão pela cidade que eu nasci e que talvez morrerai aqui, se Deus quiser. Eu tenho um amor pela cidade e pelas pessoas, e foi essa a cidade que me fez ser o que sou hoje. Obrigado pelo espaço e estou à disposição do conselho, para defender uma cidade para as pessoas, que envolva os conselhos e que envolva a sociedade e o controle social. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Eu tenho, ainda, um tempo para os vereadores. Estão presentes eu e o Ver. Aldacir Oliboni, que é o proponente, estão presentes outros vereadores?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu estou presente, Ver.^a Lourdes.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Tem o direito de usar a palavra, vereadora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não vou me manifestar, vou somente ouvir.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem. Ver.^a Mônica? Ver.^a Tanise? Ver. Ramiro? Pelo visto, somos nós três presentes na reunião, eu vou passar a palavra para o proponente, e vamos responder a todos os questionamentos. Tem um espacinho para algum questionamento, não para a fala, o último a falar foi o nosso representante Luisi. Para questionamentos, ou colocar no *chat*, ou vamos partir para os encaminhamentos. Eu passo a palavra para o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Só reforçando, Lourdes, a sua sugestão: Guilherme, Paulo Brake, Vicente, tem algum contraponto a apresentar naquilo que o Executivo apresentou posteriormente à fala dos senhores? Se não, eu vou fazer a fala final.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Nós temos dois ou três inscritos pelo *chat*. Michele e mais alguém aí, eu não sei se eles têm direito de fala, de pergunta, alguma coisa assim, Ver.^a Lourdes?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Para fazerem perguntas, sim, podem fazer as perguntas no tempo de até dois minutos.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu vi que tem duas ou três pessoas inscritas para falar.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Somente perguntas, porque os palestrantes já falaram, a Prefeitura também já falou. Então, vamos fazer perguntas, porque manifestação podemos fazer, aliás, palestras, nas próximas reuniões. A COSMAM está aberta para discutir, quantas vezes forem necessárias, a crise que climática, as crises de Porto Alegre. Está bem?

SR. PAULO BRACK: Gostaria de falar rapidamente, só uma questão: pedido de providências em relação àquilo que nós encaminhamos. Revisão dos empreendimentos da orla como uma das prioridades, entre outras.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Professor, podemos expandir mais essa questão, porque o pedido de providências não pode ser tão simples, e nós estamos à disposição para conversar com o senhor, que é um mestre na área e que o conhecemos há tanto tempo, porque, no pedido de providências, temos que ser mais detalhados, uma pergunta seria muito subjetiva.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Lourdes, posso, depois, fazer encaminhamento? Tem essas sugestões, como a do Paulo Brake, e outras sugestões podem vir por escrito para nós, e nós subscrevemos para mandar para o Executivo.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem, muito obrigada.

SR. VICENTE RAUBER: Ver. Lourdes, queria só falar duas coisinhas mais, pode ser? Eu gostaria de colocar dois elementos aqui que são essenciais em nosso debate.

A questão do saneamento aparece na legislação como atribuição local, pela Constituição. E no Marco Legal do Saneamento está muito claro a questão do saneamento, em todas as suas dimensões. E eu ressalto aqui que a questão da drenagem urbana e da proteção contra inundações são competências dos municípios, portanto é irrenunciável o município dizer que tem que ser da União, do Estado, etc., etc., etc. Mas sabemos perfeitamente que os municípios não têm... Em Porto Alegre, tem estrutura, pode e deve ser melhorada, tem que ser recriado o DEP, mas a ampla maioria dos municípios não tem dinheiro, e como não tem dinheiro também não tem estrutura. Agora, o que fazem os prefeitos na questão da educação, da saúde, segurança e outros temas? Eles vão à luta, vão buscar, sim, o partilhamento, a parceria, seja com recursos de toda ordem dos

estados e da União. Portanto o município não pode ficar reclamando, ele tem que ter iniciativa, tem que ir à luta. No caso do Ministério Extraordinário de Reconstrução do Rio Grande do Sul da União, que aqui está para auxiliar, para coordenar as atividades da União e para auxilia.

A outra questão que eu queria ressaltar: eu já fui acusado de estar defendendo obras feitas lá na ditadura. A ditadura brasileira foi tudo que foi, eu não preciso aqui dizer isso, fui um dos perseguidos da ditadura, agora, ela não foi privatista. Ela, por exemplo, ampliou a Petrobras, a Eletrobras, as estradas, nesse sentido, ela atuou publicamente, por quê? Porque, naquela época, o capitalismo tinha uma visão de que o Estado tinha que fornecer as questões mais essenciais de infraestrutura, de energia e tudo mais, para que o próprio capitalismo pudesse se desenvolver. Agora, com a chegada do chamado neoliberalismo, o capitalismo monetiza tudo, ele é capaz de vender a própria mãe para conseguir dinheiro. Então, está completamente equivocado privatizar estruturas públicas, isso não interessa para o desenvolvimento capitalista. E é assim que países avançados, como os próprios Estados Unidos, é só olhar lá, se a proteção contra inundações é pública ou é privada, ou nos países europeus. Nós temos que superar isso, o nosso capitalismo atrasado que temos aqui no Brasil. Eu sou, sim, a favor da participação da iniciativa privada em serviços públicos, desde que devidamente fiscalizada, desde que devidamente regulada. Agora não é possível destruir o Estado do jeito como está sendo destruído, com o propósito de vender por meia dúzia de patacas. Isso é um capitalismo atrasadíssimo, e é isso que nós precisamos superar. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Mais alguns minutinhos, Ver. Oliboni, como proponente... Os encaminhamentos, um deles é...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O Paulo Renato queria falar, e nós não passamos a palavra a ele... É isso?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): É. Paulo Renato...

SR. PAULO RENATO MENEZES: Sou eu! Secretário-geral da Agapan. Já que não vou fazer pronunciamento, mas quero fazer uma pergunta...

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Eu não estou vendo a imagem. Mas, assim, colocações agora mais em nível de questionamento, e podemos fazer uma reunião dois para ampliar o tema, está bem, Paulo?

SR. PAULO RENATO MENEZES: Eu gostaria de saber quando que a Prefeitura vai, de fato, implantar o que já está em lei, uma política de arborização na cidade, retomar o sistema de coleta seletiva desmanchado e, especialmente, já que a própria Prefeitura apontou que dois terços dos gases de efeito estufa gerados em Porto Alegre vêm do sistema de transporte, quando que vai ser implantado um sistema de transporte coletivo sustentável, confortável, digital, tarifa baixa ou isenta? Enfim, para combater essa carrocracia e o efeito da crise climática. É isso, por enquanto.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem. Serão encaminhados os questionamentos para os devidos órgãos para responder à Agapan.

SR. PAULO RENATO MENEZES: Sim, eu sou da Agapan.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O senhor é dos mais jovens, eu conheço os mais antigos militantes. Vamos lá, Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, agradeço aí a sensibilidade de pautarmos esse assunto tão delicado e, realmente, muitas questões são fundamentais para nós, que vivemos aqui na nossa querida Porto Alegre, que escolhemos Porto Alegre para defender, lutar pelo nosso povo, e neste momento somos parlamentares e temos que interagir com a sociedade. E percebemos que

a sociedade também está indignada em momentos que percebe que o poder público não dá o retorno em tempo hábil, não tem um projeto de futuro e acaba precarizando a própria situação, não só social, ambiental, econômica, mas que acaba, em tempos de catástrofe ou de enchentes, enfrentando esse problema enorme. E todo mundo tira ou quer tirar a sua responsabilidade, que ora o tem quando é gestor da cidade. Nós percebemos que esse foi o caso. Um caso gravíssimo. Gravíssimo. O governo até então cria uma série de benefícios, com dificuldade de a população acessar – que foi o resultado dessa catástrofe. Infelizmente, projetos de extrema importância, que poderiam trazer um pouco reduzida a sua fragilidade, por exemplo, o governo não contratou forças de trabalho nem mesmo para poder ajudar a limpar as casas, para os cidadãos voltarem. Qualquer um de nós que vai ali no Sarandi, no 4º Distrito, nas ilhas, no Extremo-Sul pode perceber a indignação do povo porque o poder público está ausente. E até então, vejam o tempo que se passou para criar uma secretaria ou um escritório extraordinário, e se percebe que as ações concretas reais de dar motivação, de dar autoestima a esses cidadãos, são muito poucas. Muito poucas. Essa indignação da sociedade se reflete a todo momento, porque a cada forte chuva volta a alagar a cidade. E esse projeto estratégico de volta à normalidade não está sendo visto pelo poder público. Então é nesse sentido que este debate, sim, nobre querida presidente e convidados, vai continuar. Porque nós precisamos interagir com a sociedade. Poder público que não interage com a sociedade não consegue visualizar a dura realidade pela qual passa o seu povo. E nós percebemos que falta muito ainda. Essa nossa crítica muito pontual, neste dia de hoje, foi no sentido de que, infelizmente, com todo o respeito – a relação política que temos é democrática e ela tem que continuar –, o poder público não está respondendo ou correspondendo com a dura realidade. É preciso o próprio prefeito e seu secretariado apressarem o passo para poderem, então, dar essa tentativa para as unidades de saúde voltarem a funcionar, de voltarem a funcionar as unidades educacionais, de educação infantil, nessas regiões, mas os relatórios que o próprio governo extraordinário aqui, que representa o governo federal, estão dizendo que o poder público ainda não

mandou os dados. Então, socorro! O poder público tem que andar muito mais rápido e dar retorno à sociedade, que tanto espera. Muito obrigado, nobre presidente, colegas e convidados. Com certeza no próximo mês, independente do processo eleitoral, voltaremos a definir mais debates, porque a vida continua. É isso que nos move, nos comove e é o compromisso que temos. Um forte abraço.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Uma pauta importantíssima, Ver. Oliboni e renomadas autoridades que aqui falaram. Podemos continuar, é um tema que vai ser tratado daqui para a frente, mas também cabe registrar que nós temos, sim, uma atuação. Porque não são 85 toneladas; foram 85 mil toneladas de resíduos já recolhidos; há mais de mil garis trabalhando; 440 equipamentos que entram, desde máquinas e outros, na cidade. Também dessa parte da saúde, a nossa saúde não é contemplada como gostaríamos, de um modo geral, em nível de país também, nós temos 12 unidades móveis alternativas de saúde; nós temos os hospitais de campanha, que fizeram mais de 5 mil atendimentos, em parceria; e das 120 unidades de saúde abertas, 14 ainda permanecem fechadas. São 1.533 pessoas que ainda estão em abrigos, aguardando para retornarem às suas casas. E entre outros registros, entraram aqui na nossa cidade mais de 15 mil animais; ainda temos 22 abrigos que aos poucos têm que entregar os locais para a iniciativa privada que cedeu, ou outras necessidades. Então realmente é uma catástrofe e nós estamos contribuindo para essa reconstrução, que não vai ser tão imediata. E nós falamos muito sobre a união de Estado, municípios e governo federal; realmente, a Constituição assegura, em caso de calamidade, o apoio do governo federal, e nós desejamos que tudo seja mais agilizado, que não tenha essa burocratização para nós termos uma Porto Alegre melhor. Muito obrigada a todos e até a próxima audiência. Um bom dia a todos.

(Encerra-se a reunião às 12h.)